**Contrato de Trabalho Vs. Contrato de Bolsa: onde está a ciência?**

Não gosto de ver as pessoas a serem obrigadas a tomarem decisões difíceis” foi assim que um amigo próximo reagiu quando lhe expliquei o desejo de me afastar do dito “sistema de bolsas”. Não disse *da* investigação em si, ainda que questione como poderei fugir deste sistema se não tenho um Contrato de Trabalho e me aprisiono, ano após ano, com um Contrato de Bolsa…

À parte disto, pergunto-me a mim mesma, o que é isso de ser investigador(a) em Portugal? Para lá das condições técnicas, será necessário um “vínculo institucional” para cumprir a curiosidade de investigar?

Não será esta pressão, utópica sensação de vínculo institucional como vínculo de trabalho, um modo de silenciamento polido ao estilo de “mais vale isto do que nada” – a interiorização consentida (quer seja por medo, quer seja por preconceito) de que um investigador(a) é um bolseiro(a) e não um trabalhador, a par de um outro problema endogamia institucional (que vai retirando o direito expresso da palavra)?

Talvez não possa dizer nada, de um modo objetivo, que a ABIC (Associação de Bolseiros de Investigação Científica) não tenha já reivindicado. Mas vale a pela (re)lembrar que é sob o epíteto de *ciência/ científico* que nos são levados direitos básicos como a: i) Integração no regime de segurança social (contribuir para o IRS e a solicitar subsídios de férias, natal…desemprego?!); ii) Falta de atualização do valor das bolsas; iii) Regime de contratação condigno (o insuficiente Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto).

Sem ir a outros aspetos, nomeadamente, a autoria de artigos científicos, ou a imposição de horário de trabalho… interessa dar a pensar – para o ano letivo 2017/2018 - que a precariedade dos/as investigadores/as continua a assumir diferentes modalidades que culminam no abuso do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica.

Bom trabalho!

Lia Neves

Ciência na Imprensa Regional – Ciência Viva